

**Relatório Auditor Independente sobre a revisão de Demonstrações
Financeiras Intermediárias**

Aos
Administradores e Sócio Acionista da
**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E
GARANTIAS S.A – ABGF**
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A – ABGF**, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o NBC TG 21 (R2), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pela Resolução nº 339/2016 da Superintendência de Seguros Privados- SUSEP. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R3), à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM e pela Resolução nº 339/2016 da Superintendência de Seguros Privados- SUSEP.

São Paulo, 10 de novembro de 2017.



MACIEL AUDITORES S/S
CRC/RS 5.460/O-0 T SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS-071505/O-3 T SP
Sócio Responsável Técnico



abgf

Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.

Demonstrações Contábeis ABGF

3º trimestre de 2017

BALANÇO PATRIMONIAL

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

ATIVO	Nota	30/09/2017	31/12/2016	PASSIVO	Nota	30/09/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		316.654.963	70.316.285	CIRCULANTE		19.610.876	22.217.604
Caixa e equivalentes de caixa	[4]	308.858.893	59.272.121	Contas a Pagar/Fornecedores		249.301	271.822
Clientes	[5]	1.307.188	809.372	Obrigações trabalhistas e sociais	[10]	3.010.510	2.113.464
Tributos a recuperar	[6]	5.882.256	10.090.465	Obrigações fiscais e tributárias	[11]	16.351.065	13.489.636
Outros Créditos	[7]	606.626	144.327	Outras Obrigações		-	6.342.682
NÃO CIRCULANTE		2.385.268.308	2.330.865.321	NÃO CIRCULANTE		187.064.768	97.583.540
Investimentos em Fundos Garantidores	[8]	2.384.433.402	2.329.921.648	Obrigações fiscais e tributárias		187.049.918	97.583.540
Imobilizado	[9]	834.906	943.673	Outras Obrigações		14.850	-
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.495.247.627	2.281.380.462
				Capital social	[12.a]	2.071.606.292	2.071.606.292
				Lucros/Prejuízos Acumulados	[12.b]	40.197.139	-
				Reserva Legal		1.334.249	1.334.249
				Reserva de Retenção de Lucros		19.013.047	19.013.047
				Outros Resultados Abrangentes	[12.c]	363.096.900	189.426.874
TOTAL DO ATIVO		2.701.923.271	2.401.181.606	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.701.923.271	2.401.181.606

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente


Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro


Vilma Pasini de Souza
Contadora (CRC MG 56170/O-7 T-DF)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Trimestres findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 e Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017 e 2016

	Nota	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
		30/09/2017	30/09/2016 reapresentado	30/09/2017	30/09/2016 reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	[13]	12.832.352	9.251.102	4.865.530	2.452.776
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	[14]	(11.568.209)	(12.109.409)	(4.042.330)	(4.024.106)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		1.064.143	(2.858.307)	823.200	(1.571.330)
DESPESAS OPERACIONAIS		(8.908.072)	(6.318.996)	(2.677.843)	(2.656.891)
Despesas administrativas	[15]	(184.203)	(328.344)	(57.291)	(108.418)
Despesas com pessoal	[16]	(7.425.714)	(4.779.399)	(2.261.757)	(1.640.811)
Despesas tributárias	[17]	(1.298.155)	(1.211.253)	(358.795)	(907.662)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		41.380.350	37.690.865	0	36.499.007
Outras receitas (despesas) operacionais		5.000	1.186	0	588
Resultado no Resgate de Cotas	[8]	41.375.350	37.689.679	0	36.498.419
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		33.536.421	28.513.562	(1.854.643)	32.270.786
Despesas financeiras	[18]	(244.806)	(3.920)	(2.337)	(1.171)
Receitas financeiras	[18]	22.513.005	20.867.979	6.745.805	18.248.730
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		55.804.620	49.377.621	4.888.825	50.518.345
Imposto de renda e contribuição social		(15.607.481)	0	(403.602)	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	[12.b]	40.197.139	49.377.621	4.485.223	50.518.345
Quantidade de Ações Ordinárias		50.000	50.000	50.000	50.000
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação / ação diluída		803,9	987,6	89,7	1.010,4

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente


Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro


Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

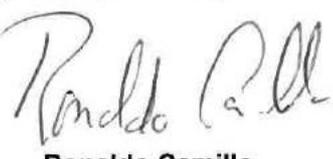
Trimestres findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 e Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017 e 2016

	Nota	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
		30/09/2017	30/09/2016 reapresentado	30/09/2017	30/09/2016 reapresentado
Lucro/(Prejuízo) do período	[12.b]	55.804.620	49.377.621	4.888.825	50.518.345
Outros resultados abrangentes		173.670.026	145.880.437	89.682.788	102.564.712
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		229.474.646	195.258.058	94.571.613	153.083.057

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Marcelo Pinheiro Franco
 Diretor Presidente



Ronaldo Camillo
 Diretor Administrativo e Financeiro



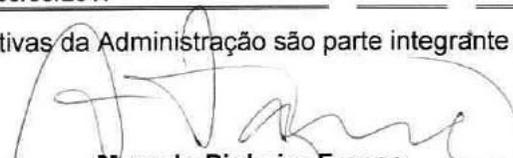
Vilma Pasini de Souza
 Contadora
 CRC MG 56170/O-7 T-DF

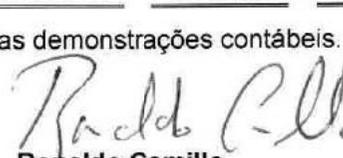
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas		Resultados Abrangentes (reapresentação)	Resultados Acumulados (reapresentado)	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros			
Saldo Final em 31/12/2015		50.000.000	0	0	0	(12.506.903)	37.493.097
Lucro do Período	[3.11]					49.377.621	49.377.621
Capitalização da ABGF		2.021.606.292					2.021.606.292
Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes	[12.c]				145.880.437		145.880.437
Saldo Final em 30/09/2016		2.071.606.292	0	0	145.880.437	36.870.718	2.254.357.447
Prejuízo do Período						(10.185.740)	(10.185.740)
Destinação do Lucro Líquido do Exercício							
Constituição de Reserva Legal			1.334.249			(1.334.249)	0
Dividendos mínimos obrigatórios propostos						(6.337.682)	(6.337.682)
Constituição de Reserva de Lucros				19.013.047		(19.013.047)	0
Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes	[12.c]				43.546.437		43.546.437
Saldo Final em 31/12/2016		2.071.606.292	1.334.249	19.013.047	189.426.874	0	2.281.380.462
Lucro do período	[12.b]					40.197.139	40.197.139
Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes	[12.c]				173.670.026		173.670.026
Saldo Final em 30/09/2017		2.071.606.292	1.334.249	19.013.047	363.096.900	40.197.139	2.495.247.627

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente


Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro


Vilma Pasini de Souza
Contadora (CRC MG 56170/O-7 T-DF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)

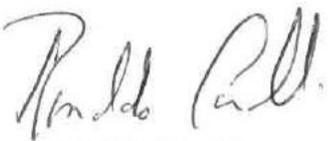
Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017 e 2016

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016 reapresentado</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado do período	[12.b]	40.197.139	49.377.621
Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades Geradas Pelas Atividades Operacionais			
Depreciação/Amortização	[9.c]	187.898	187.741
Provisão Passivos Contingentes		14.850	0
Variações nos Ativos			
Redução (Aumento) de Clientes		(497.816)	378.464
(Aumento) Redução de impostos a recuperar		4.208.209	(1.201.613)
(Aumento) Redução de outros créditos		(462.299)	(411.388)
Variações nos Passivos			
(Aumento) Redução de fornecedores/contas a pagar		(6.365.203)	(248.434)
(Aumento) Redução de obrigações trabalhistas e sociais		897.046	1.005.105
(Aumento) Redução de obrigações tributárias		2.861.429	30.477
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		41.041.253	49.117.973
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado	[9]	(79.131)	(33.670)
Resgate de Cotas de Fundos Garantidores		208.624.650	485.109.459
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		208.545.519	485.075.789
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		249.586.772	534.193.762
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		59.272.121	28.010.759
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		308.858.893	562.204.521
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		249.586.772	534.193.762

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente



Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro



Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF



1. Informações Gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), constituída de acordo com autorização da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012. Iniciou suas atividades em 27 de agosto de 2013.

A ABGF é uma companhia fechada de direito privado que atua na administração, gestão e representação de fundos garantidores, de fundos que tenham por objeto a cobertura complementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União, conforme estabelecido nos incisos II e III do art. 38 da Lei nº 12.712, de 2012, além de atuar na análise da concessão de garantias contra riscos de crédito de natureza comercial e/ou política e extraordinária, em operações de crédito à exportação. Atua, ainda, na prestação de garantias indiretas às operações de riscos diluídos em áreas de grande interesse econômico ou social.

A ABGF foi autorizada a emitir garantias diretas, de que trata o inciso I do artigo 38 da Lei nº 12.712, de 2012, por meio da Portaria SUSEP nº 5.920, de 24 de junho de 2014. Entretanto, até esta data não teve início a emissão direta de garantias pela ABGF.

Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR)

Por meio da Medida Provisória nº 682, de 10 de julho de 2015, convertida na Lei nº 13.195, de 25 de novembro de 2015, a ABGF passou a ser encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR.

A Lei nº 13.195, de 2015, estabeleceu que a ABGF será remunerada pela gestão do FESR e que ato do Poder Executivo disporá sobre o assunto. O Decreto nº 9.078, de 12 de junho de 2017, fixou os critérios para cálculo da remuneração da ABGF e estabeleceu que a remuneração é devida a partir de 13/06/2017, data de publicação do Decreto.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) manifestou-se por meio do Parecer PGFN/PGA nº 429/2016 favoravelmente pelo recebimento da remuneração pela ABGF a partir da conversão da MP nº 682, de 2015, ou seja, a partir de 26 de novembro de 2015 (data da publicação e início da entrada em vigor da Lei nº 13.195, de 2015).

Dessa forma, a partir da data de publicação do Decreto nº 9.078, de 2017, a ABGF recebeu os valores correspondentes à sua remuneração pela gestão do FESR.

A ABGF, por meio da Superintendência Jurídica, demandou ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão o recebimento da remuneração pela gestão do FESR a partir da data em que se encarregou da gestão do Fundo, portanto, de 13/07/2015 a 12/06/2017 e está aguardando o pronunciamento daquele Órgão. A remuneração devida pela ABGF nesse período é de aproximadamente R\$ 6,4 milhões.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da ABGF foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis.

Atendem, ainda, as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação citada no parágrafo anterior e os Pronunciamentos, as Orientações e as

Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 08 de novembro de 2017.

3. Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considera qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil estimada.

3.5 Contas a pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, cujo valor é próximo a seu valor justo.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Agência tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.7 Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.8 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 21 (R3), a despesa com tributos sobre o lucro (IR e contribuição social) é reconhecida em cada período intermediário com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva ponderada anual esperada para o exercício social completo. Os montantes contabilizados de despesa de tributos sobre o lucro são ajustados em períodos subsequentes dentro do mesmo exercício social se as estimativas da alíquota anual de tributo mudarem.

3.9 Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

3.10 Ativos e passivos financeiros

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor custo por meio do

resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) é adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto; (ii) é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; (iii) é um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de "hedge" em uma contabilização de "hedge". Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas no resultado do exercício. Ganhos ou prejuízos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("*impairment*"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que tem pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("*impairment*"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo por meio do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas no resultado. Os ganhos ou as perdas, líquidos, reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

3.11 Reapresentação das cifras comparativas

Como resultado de estudos para adequação da contabilização dos investimentos em cotas de fundos garantidores, a Diretoria Executiva da ABGF, por meio da Nota Técnica DIAFI/GECON nº 031/2017/O, aprovou os critérios de registro dos investimentos em fundos garantidores, apropriando as variações mensais em resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, e sem a necessidade de consolidação das demonstrações contábeis.

Aprovou, ainda, a mensuração dos investimentos em fundos garantidores pelo valor justo; para o caso específico é realizada a avaliação pela equivalência ao patrimônio líquido do investimento (Método de Equivalência Patrimonial - MEP), com reflexo em outros resultados abrangentes. Foi realizada ainda, no exercício de 2016, a reclassificação dos ajustes efetuados a partir de maio/2016 em contas de resultado de equivalência patrimonial para outros resultados abrangentes.

Dessa forma, para fins de adequar a informação comparativa do semestre anterior reapresentamos os dados relativos ao 3º trimestre de 2016. A seguir um resumo das demonstrações contábeis do 3º trimestre de 2016 originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações reapresentadas.

	Período findo em 30/09/2016			Trimestre findo em 30/09/2016		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita operacional líquida	9.251.102		9.251.102	2.452.776		2.452.776
Custo dos serviços prestados	(12.109.409)		(12.109.409)	(4.024.106)		(4.024.106)
Lucro bruto	(2.858.307)	0	(2.858.307)	(1.571.330)	0	(1.571.330)
Despesas Operacionais	(6.318.996)	0	(6.318.996)	(2.656.891)	0	(2.656.891)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	221.032.152	(183.341.287)	37.690.865	155.401.667	(118.902.680)	36.498.987
Outras receitas (despesas) operacionais	1.186	0	1.186	588	0	588
Resultado da equivalência patrimonial	221.030.966	(221.030.966)	0	155.401.079	(155.401.079)	0
Ganho no Resgate de Cotas	0	37.689.679	37.689.679	0	36.498.419	36.498.419
Resultado Financeiro	20.864.059	0	20.864.059	18.247.559	0	18.247.559
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	232.718.908	(183.341.287)	49.377.621	169.421.005	(118.902.680)	50.518.345

	Período findo em 30/09/2016			Trimestre findo em 30/09/2016		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	232.718.908	(183.341.287)	49.377.621	169.421.005	(118.902.680)	50.518.345
Outros Resultados abrangentes	0	145.880.437	145.880.437	0	102.564.712	102.564.712
Total do resultado abrangente do exercício	232.718.908	(37.460.850)	195.258.058	169.421.005	(16.337.968)	153.083.057

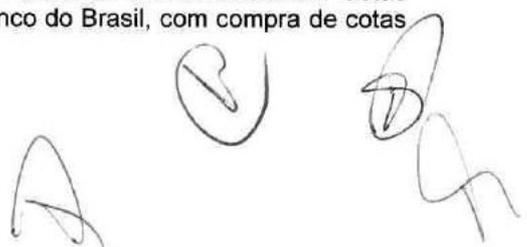
	Original	Período findo em 30/09/2016	
		Ajuste	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	232.718.908	(183.341.287)	49.377.621
Resultado da equivalência patrimonial	(221.030.966)	221.030.966	0
Ajustes: Depreciação/Amortização	187.741		187.741
Variações nos Ativos	(1.234.537)		(1.234.537)
Variações nos Passivos	787.148		787.148
Disponibilidades Líquidas Geradas e Aplicadas nas Atividades Operacionais	11.428.294	37.689.679	49.117.973
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado	(33.670)	0	(33.670)
Resgate de Cotas de Fundos Garantidores	522.799.138	(37.689.679)	485.109.459
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	534.193.762	0	534.193.762

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa e Bancos (i)	2.701	3.704
Aplicações Financeiras (ii)	308.856.192	59.268.417
	308.858.893	59.272.121

(i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (Fundo Fixo), de acordo com norma interna ABGF – GEFIN/NOR/01/1/0 e legislação federal aplicável;

(ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas em Fundo de Investimentos em Cotas (FIC) Exclusivo – BB Paranoá FIC RF CP, administrado pelo Banco do Brasil, com compra de cotas do BB TOP CURTO PRAZO.



5. Contas a receber de clientes

	<u>30 de setembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
SAIN/MF (i)	474.956	640.142
FGIE – Parte Relacionada (ii)	473.393	169.230
FESR - Fdo. Est. Seguro Rural (iii)	358.839	0
	<u>1.307.188</u>	<u>809.372</u>

(i) Valor a receber da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF), referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE;

(ii) Valor a receber do FGIE relativo à remuneração pela administração do Fundo;

(iii) A partir de junho/2017, com a publicação do Decreto nº 9.078, de 12 de junho de 2017, a ABGF passou a receber remuneração pela gestão do FESR.

6. Tributos a recuperar/compensar

	<u>30 de setembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
IRRF sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras (i)	2.741.989	8.250.972
Saldo anterior	8.250.972	2.318.201
Retenções/Atualizações do Exercício	2.840.409	6.285.547
(-) Compensações efetuadas	(8.349.392)	(352.776)
CSLL a Recuperar de Serviços Prestados (ii)	63.266	221.014
Saldo anterior	221.014	220.985
Retenções/Atualizações do Exercício	160.404	116.199
(-) Compensações efetuadas	(318.152)	(116.170)
IRRF a Recuperar de Serviços Prestados (ii)	168.943	1.618.479
Saldo anterior	1.618.479	1.060.726
Retenções/Atualizações do Exercício	775.516	557.753
(-) Compensações efetuadas	(2.225.052)	-
Antecipação de Tributos por Estimativa (iii)	2.908.058	-
	<u>5.882.256</u>	<u>10.090.465</u>

(i) O saldo da rubrica IRRF s/Rendimentos de Aplicações Financeiras registra as retenções efetuadas pelo Banco do Brasil sobre os rendimentos brutos auferidos pela ABGF na aplicação de suas disponibilidades financeiras no Fundo de Investimento em Cotas (FIC) Exclusivo BB Paranoá e Fundo BB Extramercado FAE 2 FI, administrados pela Instituição. Essas retenções representam antecipações do pagamento do tributo, a serem compensadas em apurações efetivas da própria ABGF;

(ii) Os valores das rubricas IRRF a Recuperar e CSLL a Recuperar referem-se a tributos retidos pela SAIN/MF em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, pelos serviços prestados pela ABGF àquele órgão;

(iii) Esses valores referem-se ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, pagos mensalmente por antecipação, os quais serão deduzidos dos referidos tributos sobre o lucro líquido apurados em dezembro, quando do encerramento do exercício.

7. Outros créditos

	<u>30 de setembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Adiantamento a Funcionários/Dirigentes (i)	520.542	105.997
Estoques de Material (ii)	48.791	24.314
Despesas pagas Antecipadamente	37.293	14.016
	<u>606.626</u>	<u>144.327</u>

(i) O saldo de Adiantamentos refere-se à parcela de adiantamento do 13º Salário concedido em maio/2017, os adiantamentos de férias relativos àquelas que se iniciarão nos primeiros dias do mês seguinte e que transitarão na próxima folha de pagamento e aos adiantamentos para viagem a serviço, que serão baixados quando da prestação de contas. No fim do exercício a parcela de adiantamento de 13º salário será compensada com o valor provisionado para pagamento do 13º salário;

(ii) Refere-se a estoques de material de escritório/expediente comprados para serem utilizados pelas unidades do Rio de Janeiro e Brasília por um período superior a 12 meses.

8. Investimento em Fundos Garantidores

A Companhia é cotista do Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab) e do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE). O art. 4º do Estatuto do FGIE estabelece que a Administradora deverá ter participação de, no mínimo, 0,01% (um centésimo por cento) no patrimônio do FGIE.

A seguir informações sobre os investimentos em fundos garantidores.

(a) Composição dos investimentos

	<u>30 de setembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	555.328.735	507.363.285
FGO - Fundo de Garantia de Operações	348.223.006	263.206.265
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	766.048.865	685.795.117
FGHab - Fundo Garantidor de Habitação Popular	714.832.796	873.556.981
	<u>2.384.433.402</u>	<u>2.329.921.648</u>

<u>Investimento</u>	<u>Valor da Cota</u>	<u>Quantidade de Cotas</u>	<u>Saldo dos investimentos 30/09/2017</u>	<u>Ajuste a Valor Justo</u>	<u>Valor de Aquisição</u>
FGIE	5.472,14	101.482,8802	555.328.735	48.914.334	506.414.401
FGO	19,13	18.202.363,5576	348.223.006	144.301.302	203.921.704
FGI	1,36	564.628.084,3965	766.048.865	162.455.815	603.593.050
FGHAB	2,04	350.359.680,9438	714.832.796	194.475.367	520.357.429
	5.495	933.291.612	2.384.433.402	550.146.818	1.834.286.584

(b) Movimentações dos investimentos

<u>Investimento</u>	<u>31 de dezembro 2016</u>	<u>Valorização/ Desvalorização</u>	<u>Resgate de Cotas Valor Patrimonial</u>	<u>Ajustes Positivos</u>	<u>30 de setembro de 2017</u>
FGIE	507.363.285	47.965.450	-	-	555.328.735
FGO	263.206.265	85.016.741	-	-	348.223.006
FGI	685.795.117	80.253.748	-	-	766.048.865
FGHAB	873.556.981	91.275.815	(208.624.650)	(41.375.350)	714.832.796
	2.329.921.648	304.511.754	(208.624.650)	(41.375.350)	2.384.433.402

9. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação, calculada com base no método linear e pelas taxas fiscais.

(a) Composição

	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Valor líquido 30/09/2017</u>	<u>Valor líquido 31/12/2016</u>
Mobiliário em Geral	10% a 20%	210.911	(96.016)	114.895	137.451
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	249.657	(69.435)	180.222	178.301
Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	959.472	(450.719)	508.753	592.429
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	45.653	(14.617)	31.036	35.492
		1.465.693	(630.787)	834.906	943.673

(b) Movimentação do custo

	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2016</u>	<u>Adições</u>	<u>30 de setembro</u> <u>de 2017</u>
Mobiliário em Geral	210.911	0	210.911
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	220.949	28.708	249.657
Equipamentos de Informática e Software	909.049	50.423	959.472
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	45.653	0	45.653
	<u>1.386.562</u>	<u>79.131</u>	<u>1.465.693</u>

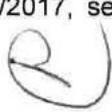
(c) Movimentação da depreciação

	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2016</u>	<u>Adições</u>	<u>30 de setembro</u> <u>de 2017</u>
Mobiliário em Geral	(73.460)	(22.556)	(96.016)
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	(42.649)	(26.786)	(69.435)
Equipamentos de Informática e Software	(316.619)	(134.100)	(450.719)
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	(10.161)	(4.456)	(14.617)
	<u>(442.889)</u>	<u>(187.898)</u>	<u>(630.787)</u>

10. Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>30 de setembro</u> <u>de 2017</u>	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2016</u>
Provisão para férias e encargos	1.620.898	1.568.032
Provisão para 13º salário e encargos (i)	892.557	4.430
INSS a recolher	318.483	293.211
FGTS a Recolher	81.153	109.528
Contribuição sindical a recolher	-	-
Ressarcimento de salários cedidos	97.419	138.263
	<u>3.010.510</u>	<u>2.113.464</u>

(i) Provisão para 13º salário refere-se ao total das obrigações da Companhia para pagamento do 13º salário. O pagamento da 1ª primeira parcela, pago em maio/2017, será compensado com o valor provisionado, conforme comentado na nota 7 (i).



11. Obrigações fiscais e tributárias

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Empresa, das retenções tributárias incidentes sobre salários/honorários pagos e contratações realizadas pela ABGF e, ainda, os tributos sobre o lucro líquido.

	<u>30 de setembro</u> <u>de 2017</u>	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2016</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (i)	11.536.283	9.516.155
Contribuição Social sobre o lucro líquido (i)	4.376.895	3.515.221
COFINS s/ Faturamentos a Recolher	151.705	66.694
PIS s/ Faturamento a Recolher	28.702	13.013
IRRF s/ Folha de Pagamento a Recolher	195.738	344.247
ISS a Recolher	43.978	16.723
Tributos Federais s/ Notas Fiscais a Recolher	11.976	11.450
ISS Retenções a Recolher	1.781	194
INSS retido a Recolher	3.905	5.094
Outros Impostos e Taxas a Recolher	102	845
	<u>16.351.065</u>	<u>13.489.636</u>

(i) A provisão do IRPJ e da CSLL relativa a setembro/2017 foi realizada em conformidade com a NBC TG 21 (R3) – DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, pela alíquota média efetiva esperada para o exercício.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 2,071 bilhões (dois bilhões e setenta e um milhões), integralmente subscrito e integralizado pela União, é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 41.432,1258/por ação.

(b) Resultado do período

O resultado do período de janeiro a setembro de 2017 foi de R\$ 55,8 milhões, antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social. Esse resultado foi impactado, principalmente pelo resultado financeiro de R\$ 22,3 milhões e pelo ganho no resgate de cotas do FGHab de R\$ 41,4 milhões. As receitas com prestação de serviços tiveram aumento de 36,5% se comparada com o mesmo período de 2016 (14,7 milhões em 2017 e R\$ 10,8 milhões em 2016).

O Resultado antes dos Impostos e Contribuições está apresentado a seguir:

01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
30/09/2017	30/09/2016 (reapresentado)	30/09/2017	30/09/2016 (reapresentado)
55.804.620	49.377.621	4.888.825	50.518.346

(c) Resultado abrangente

Os ajustes de avaliação patrimonial referente aos investimentos em cotas de fundos garantidores, avaliados a valor justo e registrados em outros resultados abrangentes líquidos dos efeitos tributários, conforme Nota 3.11, estão demonstrados a seguir.

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
FGHab - Fundo Garantidor da Habitação Popular	128.353.742	95.419.436
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	107.220.838	54.253.364
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	32.283.460	626.263
FGO - Fundo de Garantia de Operações	95.238.859	39.127.810
	363.096.899	189.426.873

13. Receita operacional líquida

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). No período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017 a receita operacional da ABGF teve aumento de 36,5% se comparada com o mesmo período do exercício anterior.

A remuneração da ABGF referente à prestação de serviços para a SAIN/MF, para análise das operações garantidas pelo Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do FGE teve aumento de 18,56% em virtude da renegociação do Contrato celebrado entre a ABGF e a SAIN/MF.

As deduções correspondem a tributos federais e distritais incidentes sobre a receita bruta e cancelamentos de serviços, quando houver.

Segue abaixo quadro demonstrativo com a receita bruta e líquida:

	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
	de 2017	de 2016	30/09/2017	30/09/2016
Receita operacional Bruta	14.731.605	10.788.458	5.674.087	2.860.380
FGE (i)	11.097.255	9.360.177	3.530.660	2.372.555
FGIE – Parte Relacionada (ii)	2.345.005	1.428.281	1.054.827	487.825
FESR (iii)	1.289.345	0	1.088.600	0
(-) Deduções da Receita	(2.099.253)	(1.537.356)	(808.557)	(407.604)
COFINS	(1.119.602)	(819.923)	(431.231)	(217.389)
Pis/Pasep	(243.071)	(178.010)	(93.622)	(47.196)
ISS	(736.580)	(539.423)	(283.704)	(143.019)
Receita operacional Líquida	12.632.352	9.251.102	4.865.530	2.452.776

Em 13 de julho de 2015, a Companhia iniciou a prestação de serviços de gestão administrativa e operacional do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR, entretanto, somente a partir de junho/2017, por meio do Decreto nº 9.078, de 12 de junho de 2017, a remuneração da ABGF foi autorizada.

14. Custos do Serviço Prestado

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para a SAIN/MF, para o FGIE e para o FESR.

	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
	de 2017	de 2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal	8.750.394	10.007.863	3.067.973	3.315.182
Despesas administrativas	2.817.815	2.101.546	974.357	708.924
	11.568.209	12.109.409	4.042.330	4.024.106

15. Despesas administrativas por natureza

	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
	de 2017	de 2016	30/09/2017	30/09/2016
Viagens e Representações (i)	412.850	353.825	137.990	130.331
Serviços de Terceiros (ii)	558.381	344.324	223.783	124.482
Ocupação (iii)	1.117.296	958.972	353.825	336.756
Despesas Gerais (iv)	808.896	668.460	277.210	188.959
Créditos tributários (v)	(83.303)	(83.432)	(25.004)	(27.411)
Depreciação	187.898	187.741	63.844	64.225
Total	3.002.018	2.429.890	1.031.648	817.342
Gastos administrativos alocados ao custo dos serviços prestados (nota 14)	2.817.815	2.101.546	974.357	708.924
Despesas Administrativas	184.203	328.344	57.291	108.418

(i) A rubrica "Viagens e Representações" registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF, relacionados às viagens a serviço de interesse da Empresa;

(ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, licença de uso de softwares, assinatura de periódicos e prestação de serviços;

(iii) As despesas com ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínios das Unidades da ABGF no Rio de Janeiro e em Brasília, serviços terceirizados de limpeza e conservação;

(iv) As Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras;

(v) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para a contribuição do PIS/Pasep e Cofins. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (Cofins) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003. No caso da ABGF, os créditos tributários incidem sobre as despesas de aluguel, depreciação e energia elétrica.

16. Despesas com pessoal por natureza

	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
	de 2017	de 2016	30/09/2017	30/09/2016
Empregados:				
Salários, Encargos e Benefícios	13.616.914	12.626.535	4.569.511	4.216.960
Salários e Ordenados	7.805.019	7.139.662	2.635.451	2.411.417
Encargos Sociais	2.663.825	2.472.890	902.037	853.584
Provisões Trabalhista e Previdenciária	2.205.564	2.087.871	719.439	679.890
Benefícios Empregados	933.408	796.072	309.551	269.194
Ressarcimento de Cedidos	-	121.415	-	-
Saúde e Segurança do Trabalho	9.098	8.625	3.033	2.875
Diretoria e Conselhos:				
Honorários, Encargos e Benefícios	2.559.194	2.160.727	760.219	739.033
Honorários do Conselho de Administração	212.781	199.046	69.236	65.219
Honorários do Conselho Fiscal	113.017	117.056	36.654	41.779
Honorários da Diretoria Executiva	864.343	988.288	234.482	351.550
Encargos Sociais Sobre Honorários	343.480	328.162	93.362	97.583
Provisão Trabalhista e Previdenciária	53.279	148.993	6.513	49.474
Benefícios Diretor	109.728	114.656	31.688	37.093
Ressarcimento Diretores	862.566	264.526	288.284	96.335
Total	16.176.108	14.787.262	5.329.730	4.955.993
Gastos com pessoal alocados ao custo dos serviços prestados (nota 14)	8.750.394	10.007.863	3.067.973	3.315.182
Despesas com pessoal	7.425.714	4.779.399	2.261.757	1.640.811

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A ABGF ressarcе às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela SEST.

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea "e":

- Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 33,0 mil e R\$ 9,6 mil;
- Maior e menor remuneração de dirigentes: R\$ 47,6 mil e R\$ 45,5 mil;
- Salário médio dos empregados e dirigentes: R\$ 14,9 mil e R\$ 46,0 mil, respectivamente.

Nas remunerações informadas **estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente** percebidos. Com relação à remuneração de dirigentes estão consideradas as remunerações aprovadas pela Assembleia Geral.

17. Despesas tributárias

	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
	de 2017	de 2016	30/09/2017	30/09/2016
IPTU (i)	34.080	31.976	11.360	10.659
Impostos e Taxas Diversas (ii)	15.461	15.356	4.897	160
Pis/Pasep e Cofins s/ Rec. Financeiras (iii)	1.046.761	970.361	313.586	848.566
Taxa de Fiscalização Susep (iv)	109.981	135.034	26.222	45.011
Contribuição Sindical (v)	86.140	47.439	-	-
CIDE (vi)	5.732	11.087	2.730	3.266
Total	1.298.155	1.211.253	358.795	907.662

(i) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel alugado no Rio de Janeiro, onde funciona a Unidade da ABGF. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;

(ii) Refere-se a tributos incidentes operações financeiras em remessas ao exterior de recursos para pagamento de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas;

(iii) PIS/Pasep e COFINS sobre receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, foram reestabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015;

(iv) Taxa de fiscalização SUSEP, paga trimestralmente, por antecipação até o 10º dia do 1º mês do trimestre, e apropriada mensalmente por competência;

(v) O saldo registrado nesta rubrica corresponde à Contribuição Sindical Patronal do exercício, recolhida junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, na Conta Especial Emprego e Salário, CNPJ 37.115.367/0035-00, conforme inciso III, artigo 580 e § 3º do artigo 590 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

(vi) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessa ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.

18. Resultado financeiro

	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
	de 2017	de 2016	30/09/2017	30/09/2016
Rendimento de Aplicações Financeiras	22.199.581	20.698.864	6.742.505	18.220.842
Juros Ativos	313.424	169.115	3.300	27.888
Receitas Financeiras	<u>22.513.005</u>	<u>20.867.979</u>	<u>6.745.805</u>	<u>18.248.730</u>
Despesas Financeiras	<u>(244.806)</u>	<u>(3.920)</u>	<u>(2.337)</u>	<u>(1.171)</u>
Resultado Financeiro	<u>22.268.199</u>	<u>20.864.059</u>	<u>6.743.468</u>	<u>18.247.559</u>

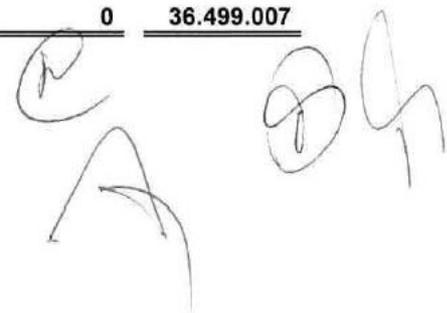
(i) Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 4;

(ii) O saldo de Juros Ativos representa a atualização monetária, pela taxa média mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, do saldo de Tributos a Recuperar/Compensar;

(iii) As despesas financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF.

19. Outras Receitas e Despesas

	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
	de 2017	de 2016	30/09/2017	30/09/2016
Outras Receitas/Despesas	5.000	1.186	0	588
Resultado no Resgate de Cotas	<u>41.375.350</u>	<u>37.689.679</u>	<u>0</u>	<u>36.498.419</u>
Total	<u>41.380.350</u>	<u>37.690.865</u>	<u>0</u>	<u>36.499.007</u>

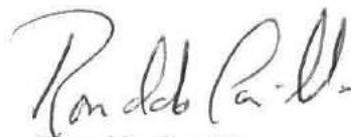


20. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes significativos na ABGF até a data da emissão dessas demonstrações.


Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente


Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF


Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro


Fernando Vitor dos Santos Sawczuk
Diretor de Operações